



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aprova as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Hospitais Regionais, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;



- a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.002, de 18 de setembro de 2018, que aprova as normas gerais para adesão, execução e monitoramento do processo de concessão do incentivo financeiro para os serviços de assistência odontológica hospitalar de média complexidade e alta complexidade no Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.857, de 05 de dezembro de 2018, que aprova a pactuação, a reprogramação, os parâmetros, a carteira de SADT, as regras de transição e as linhas gerais do encontro de contas para a Média Complexidade Hospitalar na PPI Assistencial/MG e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.985, de 21 de agosto de 2019, que aprova a redefinição das diretrizes de custeio diferenciado do componente Parto e Nascimento do Programa Rede Cegonha, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.213, de 16 de setembro de 2020, que aprova a Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas, estabelece os seus módulos e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.217, de 16 de setembro de 2020, que aprova a instituição do Grupo Condutor Estadual de Atenção Hospitalar no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.222, de 16 de setembro de 2020, que aprova as diretrizes, parâmetros e etapas para organização da Rede de Atenção ao Parto e Nascimento do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS-MG) e para revisão dos Planos de Ação Regionais da Rede Cegonha no estado;
- a Resolução SES/MG nº 7.687, de 27 de agosto de 2021, que dispõe sobre a designação dos membros do Grupo Condutor Estadual de Atenção Hospitalar, instituído pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.217, de 16 de setembro de 2021;



- a importância das instituições hospitalares para a implementação e o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS/MG;
- a necessidade identificada de: (i) melhorar o acesso aos serviços de saúde; (ii) qualificar a assistência; (iii) instituir como prática a análise de impactos das políticas públicas, numa perspectiva de gestão dos investimentos realizados; (iv) dar transparência aos recursos repassados às instituições e unificar os indicadores, compromissos e processos de monitoramento dos programas estaduais destinados a hospitais; (v) fortalecer as Redes Temáticas de Atenção à Saúde; (vi) obter retornos dos investimentos públicos realizados para a construção dos hospitais regionais e (vii) atribuir um papel assistencial aos hospitais regionais após sua conclusão;
- a reunião do Grupo Condutor Estadual de Atenção Hospitalar, ocorrida em 27 de outubro de 2021; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 46ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05 de novembro de 2021.

DELIBERA:

Art. 1º - Aprova as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Hospitais Regionais, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº _____, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021 (disponível no site eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).



RESOLUÇÃO SES/MG Nº _____, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Hospitais, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº _____, de 05 de novembro de 2021, que aprova as normas gerais, as regras e os critérios de elegibilidade para o Módulo Hospitais Regionais, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas.

MINUTA CIB



RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer as normas gerais, as regras e a sistemática de monitoramento para o Módulo Hospitais Regionais, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas.

Art. 2º - O Módulo Hospitais Regionais é um módulo temporário que possui como objetivo contribuir para o início do funcionamento dos hospitais regionais (Governador Valadares, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, Divinópolis, Sete Lagoas e Conselheiro Lafaiete), sua inserção nas Redes Temáticas e, conseguinte, cumprimento dos critérios de elegibilidade do módulo Valor em Saúde ou Hospitais Plataforma.

§ 1º - As disposições desta Resolução se aplicam aos hospitais regionais listados no Anexo I.

§ 2º - O módulo tem previsão de duração de três anos contados a partir do efetivo início das atividades do(s) hospital (is) regional (is) e início do repasse de recursos do módulo em questão.

§ 3º - Findado o segundo ano de funcionamento do(s) hospital(is) regionais, caso não haja incremento de recursos financeiros federais no teto MAC dos municípios correlatos, a manutenção dos recursos financeiros estaduais será objeto de discussão SES-COSEMS.

§ 4º - Caso o hospital seja inserido no módulo Valora Minas ou Hospitais Plataforma antes do término dos três anos, o repasse de recurso será suspenso.

§ 5º - Os beneficiários do módulo Hospitais Regionais com papel assistencial na Rede de Urgência e Emergência, na Rede de Atenção ao Parto e Nascimento e Rede de Odontologia Hospitalar, serão tipificados em conformidade com as diretrizes específicas dos Programas e grade de referência e serão objeto de discussão no âmbito do Comitê Gestor Regional de Atenção Hospitalar.

§ 6º - As propostas de perfil assistencial do Hospitais Regionais, o cronograma de abertura com definição do quantitativo de leitos, especialidades e serviços (se houver) devem ser avaliadas pelo Comitê Gestor Regional de Atenção Hospitalar, aprovado pelo Grupo Condutor de Atenção Hospitalar e aprovado em CIB.



Art. 3º - O complexo hospitalar de Minas Gerais, os beneficiários do módulo Hospitais Regionais e as condições de saúde dos territórios serão avaliados anualmente pelos Comitês Gestores e Grupos Condutores, momento em que será avaliado o desempenho e sua inserção dos hospitais nas redes temáticas, além da contribuição para a resolubilidade do território para definição da continuidade, alteração e exclusão de beneficiários.

Parágrafo único - A qualquer tempo, haverá exclusão de beneficiários, se identificado:

I - interrupções dos serviços ao SUS-MG;

II - descontinuidade da prestação de serviços;

III - descumprimento da função assistencial pactuado entre os gestores no âmbito do Comitê Gestor Regional de Atenção Hospitalar; e

IV - descumprimento dos compromissos firmados.

Art. 4º - O valor do incentivo financeiro destinado ao Módulo Hospitais Regionais é condicionado ao número de leitos SUS disponibilizado e em efetivo funcionamento até o limite previsto nos projetos que ensejaram sua construção e especialidade que será desenvolvida.

§ 1º - Entende-se como leitos SUS disponibilizados e em efetivo funcionamento aqueles leitos com parecer favorável da VISA para início das atividades, cadastrados no CNES como leitos SUS e disponibilizados para as Centrais Regionais de Regulação Assistencial.

§ 2º - Excetua-se da exigência de cadastro no CNES como “leitos SUS” do parágrafo §1º os leitos de terapia intensiva que são inseridos como “leitos SUS” após habilitação ministerial.

§ 3º - O repasse do incentivo, condicionado ao número de leitos SUS, será realizado conforme faixas de abertura de leitos pactuados.

§ 4º - Ficam estabelecidos:

I – o valor mensal mediano R\$ 3.995,99 (três mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos) por leito de enfermaria SUS em efetivo funcionamento, conforme cronograma de abertura. A descrição da metodologia consta no Anexo II.

II – o valor mensal de R\$ 11.498,28 (onze mil quatrocentos e noventa e oito e vinte e oito centavos) por leito de terapia intensiva SUS em efetivo funcionamento.

III – Incentivo mensal de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em caso de hospitais elencados como referência para demanda espontânea a referenciada, minimamente nas especialidades



de clínica geral, ortopedia, pediatria e cirurgia geral seguindo as diretrizes da Rede de Urgência e Emergência.

§ 5º - O incentivo financeiro de que trata o caput deste artigo correrá a conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 5º - O incentivo financeiro de que trata esta Resolução será repassado aos beneficiários do Módulo Hospitais Regionais mediante a formalização de instrumento de repasse no SiG-RES (Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde), ou outro sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), observada a legislação aplicável.

§ 1º - Os instrumentos de repasse deverão ser assinados no prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de sua disponibilização no sistema, facultada à SES/MG a prorrogação do prazo pelo mesmo período, por ato do Secretário de Estado de Saúde.

§ 2º - Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior, o beneficiário deixará de fazer jus ao incentivo e o instrumento contratual ficará indisponível para assinatura, após bloqueio no sistema.

Art. 6º - O incentivo financeiro de que trata o art. 4º deverá ser aplicado pelos hospitais do Módulo Hospitais Regionais para consecução dos objetivos do Programa e será repassado através do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde ou ao beneficiário, a depender da gestão dos prestadores (se gestão plena ou gestão estadual), em observância ao Decreto nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, ou outros que o vierem a substituí-lo.

§ 1º - O repasse financeiro será feito quadrimestralmente e dar-se-á após a assinatura do instrumento de repasse, observada a legislação vigente.

§ 2º - Os municípios e as instituições hospitalares participantes do Módulo Hospital Regionais deverão receber e movimentar os recursos financeiros repassados pela Política em conta bancária específica.

§ 3º - O recurso será dividido em parte pré-fixada e pós-fixada, sendo 40% e 60% respectivamente, ambas vinculadas ao cumprimento de indicadores e metas pactuadas no instrumento contratual.



§ 4º - Nos primeiros 12 (doze) meses de vigência do Módulo Hospitais Regionais, a parte pré-fixada será repassada de forma integral, considerando a necessidade de estruturação dos hospitais para adequação às normas desta Resolução, sendo os indicadores e metas pactuados acompanhados para fins de orientar os beneficiários e produzir série histórica nesse período.

§ 5º - Os beneficiários, anualmente, devem apresentar a proposta de execução dos recursos e sua vinculação à consecução dos objetivos do módulo Hospitais Regionais ao Comitê Gestor de Atenção Hospitalar e pactuado em CIB Micro/Macro.

§ 6º - A proposta anual deverá ser apresentada através de planejamento a ser realizado em formulário específico, disponibilizado pela SES/MG.

Art. 7º – Os indicadores de monitoramento de desempenho dos beneficiários do Módulo Hospitais Regionais serão os mesmos utilizados no módulo “Valor em Saúde”, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 05 de novembro de 2021. (Deliberação que altera a Deliberação do Módulo Valor em Saúde).

§ 1º - As metas referentes aos indicadores estabelecidos serão pactuadas nos instrumentos de repasse, conforme o perfil do beneficiário.

§ 2º – O desempenho dos beneficiários no cumprimento dos indicadores e metas pactuados será acompanhado pelo Sistema SiG-RES, ou outro sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG.

§ 3º - Será divulgada em Nota Técnica específica a Ficha de Qualificação dos Indicadores, incluindo a metodologia de apuração.

Art. 8º - Os indicadores e metas pactuados com os hospitais participantes do Módulo Hospitais Regionais serão calculados e acompanhados pela Diretoria de Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, bem como por outras áreas técnicas que fazem interface com a Política, conforme legislação vigente.

§ 1º - Os resultados alcançados pelos beneficiários serão avaliados quadrimestralmente conforme Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020, ou outras que a vierem substituir, e em observância às diretrizes estabelecidas pelo Módulo Hospitais Regionais, que será divulgada em nota específica.



§ 2º - O desempenho dos beneficiários será acompanhado quadrimestralmente conforme o cronograma abaixo:

Período de Monitoramento da base de dados	Apuração dos Resultados	Meses de execução do repasse quadrimestral com os descontos
Janeiro a Abril	Julho	Setembro a Dezembro
Maio a Agosto	Novembro	Janeiro a Abril
Setembro a Dezembro	Março	Maio a Agosto

§ 3º - Os descontos em virtude da avaliação quadrimestral do desempenho serão executados no pagamento das quatro competências mensais subsequentes.

§ 4º - Poderão ser realizadas visitas *in loco* a critério da SES-MG ou Comitê Gestor de Atenção Hospitalar.

Art. 9º – Anualmente, os beneficiários do incentivo financeiro previstos nesta Resolução deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas relativas ao ano anterior no Sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, em conformidade com o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, e Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou com Regulamento (s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 10 – Os beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES), conforme preconiza o art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§ 1º – Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

§ 2º – O ente federado ou a instituição deverá manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso ou de Metas pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.



Art. 11 – As demais disposições contidas no Decreto Estadual nº 45.468/2010 e nas Resoluções SES/MG nº 4.606/2014 e 7.094/2020 deverão ser observadas.

Art. 12 – Cabe aos Comitês Gestores de Atenção Hospitalar o acompanhamento do desempenho dos beneficiários e a consecução dos objetivos da Política de Atenção Hospitalar – Valora Minas, conforme diretrizes estabelecidas pelo Grupo Condutor Estadual de Atenção Hospitalar que serão publicizadas em tempo oportuno.

Art. 13 - Serão empreendidos esforços conjuntos junto aos territórios para viabilização de habilitação junto ao Ministério da Saúde, inserção dos beneficiários nas Redes Temáticas e incremento de teto MAC nos territórios.

Art. 14 - O Módulo Hospitais Regionais, supervisionado pela Superintendência de Redes de Atenção/SUBPAS/SES/MG, viabiliza uma série de incentivos, inclusive financeiros, em contrapartida ao cumprimento de compromissos, indicadores e metas pactuados com as instituições hospitalares participantes.

Art. 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do efetivo funcionamento dos Hospitais Regionais e formalização dos termos de repasse do incentivo.

Belo Horizonte, 05 de novembro de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I E II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Hospitais Regionais

- i. Governador Valadares, localizado na Av. Minas Gerais, encontro com BR-116 2 Governador Valadares/MG;
- ii. Teófilo Otoni localizado na Rua Rachid Handere, 2450, Vila Betel, Teófilo Otoni/MG;
- iii. Juiz de Fora localizado na Rua Henrique Burnier, 715 2 Mariano Procópio, Juiz de Fora/MG;
- iv. Divinópolis localizado nas Ruas 01,02 e Rua Sargento Loureiro s/no, bairro Realengo 2 Divinópolis/MG;
- v. Sete Lagoas localizado na Av. José Sérvulo Soalheiro, s/no, bairro Aeroporto, Sete Lagoas/ MG;
- vi. Conselheiro Lafaiete localizado na Rodovia MG-129, Km 206, bairro Hípica 2 Conselheiro Lafaiete/MG;



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

Valor mensal dos leitos por especialidade

ESPECIALIDADE	Mediana do Valor	Nº Internações em MG em 2019	Tempo Médio de Permanência	Diária mediana	Valor mês
BUCOMAXILOFACIAL	R\$ 940,99	2265	2,474	R\$ 380,41	R\$ 8.559,25
CARDIOLOGIA	R\$ 707,46	56994	6,702	R\$ 105,56	R\$ 2.375,02
CIRURGIA GERAL	R\$ 693,05	85623	3,214	R\$ 215,66	R\$ 4.852,32
CIRURGIA PEDIATRICA	R\$ 461,51	15045	2,599	R\$ 177,60	R\$ 3.995,99
CLINICA GERAL	R\$ 438,93	297159	5,652	R\$ 77,67	R\$ 1.747,48
GINECOLOGIA	R\$ 503,29	34551	1,478	R\$ 340,44	R\$ 7.659,90
NEFROLOGIA	R\$ 519,60	12435	7,834	R\$ 66,33	R\$ 1.492,35
NEUROCIRURGIA	R\$ 1.848,72	2075	8,266	R\$ 223,64	R\$ 5.031,96
NEUROLOGIA	R\$ 560,65	30825	5,826	R\$ 96,23	R\$ 2.165,27
OBSTETRÍCIA	R\$ 631,88	215002	2,278	R\$ 277,44	R\$ 6.242,43
OFTALMOLOGIA	R\$ 671,52	4441	0,811	R\$ 828,05	R\$ 18.631,15
ONCOLOGIA	R\$ 470,46	30105	8,347	R\$ 56,37	R\$ 1.268,24
ORTOPEDIA	R\$ 411,20	96272	3,765	R\$ 109,21	R\$ 2.457,20
OTORRINO	R\$ 369,22	5976	0,843	R\$ 438,24	R\$ 9.860,34
PEDIATRIA	R\$ 378,71	100419	4,291	R\$ 88,26	R\$ 1.985,87
PLÁSTICA	R\$ 380,81	10882	2,663	R\$ 142,99	R\$ 3.217,23
TORACICA	R\$ 1.206,00	4278	7,888	R\$ 152,89	R\$ 3.440,10
UROLOGIA	R\$ 556,61	15847	2,157	R\$ 258,08	R\$ 5.806,78
VASCULAR	R\$ 582,04	7878	1,193	R\$ 488,06	R\$ 10.981,46
				Mediana	R\$ 177,60
				Valor mensal (75% ocupação) (mediana)	R\$ 3.995,99



Valor previsto considerando a capacidade plena dos Hospitais Regionais

MUNICÍPIO	Leitos Total	Leitos UTI	Leitos Enfermaria	Valor mediano mensal do Leitos de Enfermaria (valor base R\$ 3.955,99 a diária e 75% de ocupação)	Valor mensal leitos de UTI (Diária de 478,72 e 85% ocupação)	Valor total anual (se atingido capacidade plena)
GOVERNADOR VALADARES	226	40	186	R\$743.253,71	R\$459.571,20	R\$14.433.898,98
TEÓFILO OTONI	420	30	390	R\$1.558.435,21	R\$344.678,40	R\$22.837.363,30
JUIZ DE FORA	226	40	186	R\$743.253,71	R\$459.571,20	R\$14.433.898,98
DIVINÓPOLIS	199	45	154	R\$615.382,11	R\$517.017,60	R\$13.588.796,49
SETE LAGOAS	226	40	186	R\$743.253,71	R\$459.571,20	R\$14.433.898,98
CONSELHEIRO LAFAIETE	97	20	77	R\$307.691,05	R\$229.785,60	R\$6.449.719,85
TOTAL	1394	215	1179	R\$ 4.711.269,51	R\$ 2.470.195,20	R\$ 86.177.576,56